
REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA EM UMA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA

Bruno Alves de Paula (UEG)¹

Resumo: Este estudo objetiva desenvolver uma reflexão crítica acerca da prática de ensino de língua materna a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Educacional. Para tanto, abordam-se, a princípio, pontos essenciais como as noções de língua e linguagem, a importância da teoria Sociolinguística, as relações entre língua e cultura, os diferentes desdobramentos do português falado no Brasil, entre outros. Por fim, busca-se observar o espaço da oralidade na sala de aula, considerando o contexto atual da educação brasileira, evidenciando qual o papel do professor e da escola frente às variações linguísticas.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação. Ensino. Língua.

REFLECTIONS ON NATIVE LANGUAGE TEACHING FROM A SOCIOLINGUISTIC PERSPECTIVE

Abstract: This study aims to develop a critical reflection about the practice of teaching a native language from the theoretical assumptions of Educational Sociolinguistics. Therefore, it is necessary to address, in principle, essential points such as the notions of language, the importance of Sociolinguistic theory, the relations between language and culture, the different varieties of spoken Portuguese in Brazil, among others. Finally, it is sought to observe the space of the orality in the classroom, considering the actual context of Brazilian education, highlighting the role of the teacher and the school in face of linguistic variations.

Keywords: Sociolinguistic. Variation. Teaching. Language.

Introdução

Embora existam consideráveis avanços no que se refere ao tratamento das variações linguísticas em sala de aula, como as orientações trazidas pelos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para a abordagem deste fenômeno no ensino de língua materna, além do espaço crescente de debates dentro dos cursos de formação de

¹ Possui licenciatura em Letras – Português/Inglês e suas respectivas literaturas e pós-graduação *lato sensu* em Docência Universitária, ambas pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: brunorkz@hotmail.com

professores, constata-se ainda um modelo de ensino muitas vezes marcado fortemente pela supervalorização da gramática normativa em detrimento das demais variedades da língua, geralmente tratadas de maneira depreciativa ou irônica.

Ainda que muitos professores acreditem ser a norma padrão o modelo de “português correto”, as teorias Sociolinguísticas já trataram de desconstruir a velha dicotomia certo/errado, mostrando que, para além da mera compreensão de regras gramaticais, o domínio de uma língua implica também no conhecimento das diferentes possibilidades de realização da mesma, de modo a saber adequá-las aos variados tipos de texto e contexto.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a investigar, através de pesquisas de cunho bibliográfico e à luz da Sociolinguística Educacional, como deve ser pautada uma prática de ensino de língua materna que considere o múltiplo, o diferente, em busca de um modelo de ensino democrático e multicultural, posto que a língua é um dos grandes pilares que sustentam a cultura de um povo e que as diferentes variações do português no Brasil constituem-se enquanto um reflexo das variadas identidades culturais brasileiras.

1 Algumas considerações sobre política linguística, diversidade e preconceito

Incorre-se em grande erro pensar em uma língua essencialmente estática e fechada em um conjunto de regras que devem ser adotadas, sem exceções, nas mais variadas situações de comunicação. Longe de ser um produto engessado, todas as línguas se transformam ao longo do tempo, sendo essas modificações observadas em sua realização concreta, que é a linguagem (TEYSSIER, 1994).

Pimentel da Silva (2009, p. 57-58) observa que, para Bakhtin, “a linguagem é [...] uma criação dialógica, fundamentalmente adaptável à abertura, ao movimento e à heterogeneidade”. Desse modo, contrariando os pensamentos mais puristas, a disposição de uma língua à mudança não deve ser vista como algo pecaminoso ou digno de um olhar de estranhamento – percebe-se claramente a naturalidade da variação linguística ao observar não só a história da língua portuguesa, mas também de todas as demais línguas existentes.

Conforme aponta Bagno (2007), o interesse pela variação e mudanças na língua tem impulso a partir de William Labov, que se tornou o nome mais expoente dentro dos estudos da linguagem, a Sociolinguística.

Ao conceber a língua como um elemento vivo, esta disciplina assume como objeto de estudo a diversidade linguística, servindo de grandes contribuições para a compreensão dos fenômenos da linguagem, bem como na formação de uma nova concepção de língua.

No Brasil, a língua portuguesa caracteriza-se por um conjunto extenso de variedades dialetais². Fiorin (2002, p. 27) destaca que:

A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam numa região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para os seus membros.

De tal modo, língua e sociedade são como elos indissociáveis e, a variação, constitui-se enquanto resultado do uso que determinada comunidade de falantes faz da língua.

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca. (SIGNORINI, 2002, p. 76-77).

Uma vez que a língua se relaciona com o social, criando marcas de identidade, pode-se afirmar que esta se caracteriza enquanto um elemento cultural, “um instrumento privilegiado da projeção da cultura de um povo, enquanto conjunto das criações do homem que constituem o universo humano” (SÁ, 2008, p. 13). Assim, as variações linguísticas são, em última instância, responsáveis por estabelecer identidade cultural para determinados grupos sociais.

Entende-se como identidade cultural todo o conjunto de características de uma comunidade, derivadas da interação entre seus membros e deles com o mundo. Falar em identidade cultural da variante brasileira do português implica em considerar o múltiplo como elemento fundamental.

² Entende-se por dialeto a maneira de falar própria de determinada comunidade linguística.

Depreende-se, desse modo, que tal como defende Bagno (2007), desvalorizar um falar pelo simples fato de que este destoa de uma variedade de prestígio ou de uma norma artificial, imposta por grupos de poder como “padrão”, pode implicar em preconceito contra a cultura de um indivíduo e de seu meio social.

Ao lançar um olhar para a sala de aula, percebe-se, não raramente, a existência de uma forte ideia de certo e errado dentro da língua. É importante ressaltar que essa noção de erro parte da gramática tradicional ou prescritiva que, ao estabelecer as normas que regem a língua, determina o uso apropriado dela.

A partir da teoria estruturalista em linguística, cujo principal representante é Ferdinand de Saussure (2004), tem-se como ponto de partida, para o estabelecimento da regra, o fenômeno existente.

Durante a década de 1960, as ideias do linguista norte-americano Noam Chomsky, em sua teoria linguística gerativo-transformacional, ganharam um amplo espaço no âmbito dos estudos da linguagem. Tais ideias concebiam como objeto de estudo a competência linguística do falante-ouvinte ideal, inserido em uma comunidade linguística.

Como resultado destes novos pensamentos, a gramática prescritiva passou a ser colocada em xeque, evidenciando uma nova concepção de gramática – a descritiva –, que conforme Segura (2008, p. 09):

[...] tem como norte a gramática interiorizada, a habilidade de o falante estabelecer proposições e enunciados, manifestar-se e compreender informações estabelecidas. Para ela, a frequência dos acontecimentos tem tanta importância quanto a orientação da tradição, mas não se tacham de “erros” os desvios das normas oficiais.

A história do português no Brasil comprova que sem dúvidas a língua é um poderoso instrumento no que concerne às relações de poder e dominação. Teyssier (1994) aponta alguns eventos importantes que corroboraram para a implantação do português, durante período colonial, às inúmeras outras línguas nativas existentes no território então descoberto pelos colonizadores. Citam-se, como exemplo: a chegada de inúmeros imigrantes portugueses em busca de ouro e diamantes; a criação do diretório por Marquês de Pombal, em 1757, obrigando o uso da língua portuguesa; a expulsão dos jesuítas e a vinda da família real – fato que, conforme Elia (2003), foi decisivo para o estabelecimento do português como língua oficial no Brasil.

A imposição do português sobre os nativos, contudo, não se deu ao todo de maneira violenta, posto que também teve como fator importante o seu prestígio. Era também a língua ensinada nas escolas, além de ser utilizada para a comunicação em diversos pontos do mundo, sendo os portugueses o elo dessa comunicação nas terras brasileiras.

Assim, verifica-se que a supremacia de um modelo de língua elitizado é passível de culminar em dominação e, conseqüentemente, submissões linguística e cultural. Sabe-se que é por meio da língua que os sujeitos constroem o seu lugar no seio da sociedade e, por vezes, são excluídos.

Desse modo, torna-se de grande importância que os professores de língua materna propiciem ao seu alunado o conhecimento que envolve as variadas possibilidades de realização do português falado no Brasil, mostrando que acima de tudo:

[...] ela [a língua] é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção ou ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais de promoção ou de humilhação, de inclusão ou de exclusão” (BAGNO, 2007, p.83).

As teorias sociolinguísticas, nesse ponto, servem como um importante norte para quem se propõe a trabalhar a língua de modo a considerar as suas múltiplas faces, na busca por romper com preconceitos que muitas vezes decorrem de um conhecimento simplista a respeito do funcionamento desta.

2 A realidade plural do português falado no Brasil

Ao abordar a noção de língua, Sá (2008, p.12) destaca que essa “é o meio pelo qual o homem expressa suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim, ela é um retrato do seu tempo”. Partindo do pressuposto de que as sociedades mudam, é racional aceitar que as línguas, por conseguinte, se transformam naturalmente ao longo do tempo, seguindo o próprio curso das mudanças históricas e sociais.

As variações observadas em uma determinada língua, entretanto, não se limitam como resultado apenas dos dois fatores citados: Camacho (1988) também chama a atenção para os fatores geográficos e estilísticos. Nesse último, são considerados aspectos importantes como a idade do falante, sexo, classe social, escolaridade, etc.

Muitas das variações históricas comprovam a natureza evolutiva da língua, uma vez que inúmeras delas já se encontram em desuso e com prestígio inferior às atuais, marcando um afastamento entre as gerações mais jovens e as mais antigas, consideradas ultrapassadas – fato que, conforme Sá (2008), marca uma relação sociocultural entre os falantes.

Sendo um país de grande extensão territorial, o Brasil possui uma considerável variedade de povos e culturas que, eventualmente, possuem seus próprios costumes, crenças, e claro, modos de falar. Como consequência, podemos perceber variações do português nas mais diversas regiões brasileiras, como no Sul, com falares gaúcho e catarinense; na região Sudeste, com os falares paulista, carioca, etc. Percebem-se tais variações a nível da pronúncia, nos vocábulos e na gramática.

Em uma matéria sobre o filme “Fuleragem”, publicada na revista *Discutindo Língua Portuguesa*, Murano (2013) apresenta de forma bastante humorada o sotaque e vocabulário típicos cearense, também conhecido como “cearáns”. Nele, aparecem termos e expressões como: “abufelar” (agarrar com força, arrochar), “baixa da égua” (lugar longe), “chaboco” (pedaço), “embiocar” (entrar rapidamente), “gigolé” (tiara, arco), ‘reimoso” (comida carregada), “xinim ou xibiu” (órgão genital), “zuada” (barulho, confusão) e outros.

É provável que muitas das expressões típicas do “cearáns”, soem estranhas e sejam até mesmo desconhecidas pelos falantes das demais regiões brasileiras. Entretanto, cumprem naquele espaço o mesmo valor comunicativo de outras utilizadas dentro das variedades de maior prestígio. Não há, portanto, nenhum erro em utilizá-las. Aqui, apesar de ser exemplificada apenas a variação a nível do léxico³ ou vocabular, a mesma conclusão pode ser estendida para aquelas que ocorrem em outros domínios da língua.

3 Os traços graduais e descontínuos

É possível dividir a língua portuguesa falada no Brasil em três partes: além da norma padrão, regida pela gramática normativa, existem também as variedades prestigiadas e as variedades estigmatizadas. O que as duas últimas têm em comum é o

³ Conjunto de palavras que compõem uma língua.

fato de que ambas apresentam desvios em relação à norma padrão; entretanto, por fazer parte de um vernáculo brasileiro mais geral, as variedades prestigiadas costumam ser aceitas pela maior parte dos falantes, enquanto esta última, por fazer parte de um vernáculo mais restrito, é vista como uma variante desprestigiada.

Para exemplificar, Bagno (2007) chama a atenção ao fato de que no português brasileiro todos os falantes pronunciam como [O] o ditongo escrito OU, como em ROUPA (“rôpa”), POUÇO (“pôco”), OURO (“ôro”), COMPROU (“comprô”), AMOU (“amô”), etc. Desse modo, podemos identificar um tipo de pronúncia que faz parte de um vernáculo brasileiro mais geral.

Em contrapartida, ainda segundo o autor, os falantes urbanos escolarizados costumam depreciar, por exemplo, a pronúncia do [y] substituindo o dígrafo LH, como em TELHA, ABELHA, PALHA, etc. Geralmente, aqueles que pronunciam “têia”, “abêia” ou “paia”, são tachados como pessoas “pobres” ou “caipiras”.

No primeiro caso, temos um traço linguístico que, como dito, compõe o vernáculo brasileiro mais geral. É denominado por Bagno (2007) como um traço gradual. Por outro lado, em razão de carregar uma carga negativa, o segundo traço linguístico representa bem aqueles denominados traços descontínuos.

Bortoni-Ricardo (2004) observa que os traços descontínuos estão mais ligados ao falar rural e desaparecem à medida que se aproximam do polo urbano. Novamente vale lembrar, neste ponto, que a língua é um grande instrumento dentro das relações de poder e, portanto, aqueles que têm privilégios irão ditar o seu uso “correto”. Sobre isso, Travaglia (2009, p. 63) afirma que:

A norma (culta, da classe de prestígio) constitui o português correto; tudo o que foge à norma representa um erro. Isso representa um preconceito porque, na verdade, não há português certo ou errado: todas as variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais nas situações em que são de uso esperado e apropriado. O que há na verdade são modalidades de prestígio e modalidades desprestigiadas em função do grupo social que as utiliza.

Dessa maneira, as camadas privilegiadas da sociedade impõem o seu falar como adequado, ao passo que as variedades presentes nas falas de comunidades desprestigiadas, como as rurais, são marginalizadas e vistas como formas “erradas” do português. Em última análise, constata-se que os limites entre o preconceito linguístico e social, tal como observado por Travaglia (2009), se esbarram.

4 A diversidade linguística na sala de aula e o papel do professor e da escola

Sendo um espaço social, é possível encontrar na sala de aula uma extensa diversidade linguística. Saber como lidar com todos esses diferentes usos da língua é ainda um grande desafio para boa parte dos professores de língua materna. Infelizmente, não é raro encontrar professores que acreditam ser o seu papel coibir qualquer desvio das normas padrão do português. Bortoni-Ricardo (2004, p. 9) observa, contudo, que “os chamados “erros” que nossos alunos cometem têm explicação no próprio sistema evolutivo da língua e, portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica”.

Dessa forma, cabe ao professor de língua materna não a tarefa de tentar apagar, a todo custo, os diferentes falares que se manifestam na sala de aula, taxando-os como formas “incultas” do português e imprimindo, como consequência, a imagem de “ignorantes” àqueles alunos oriundos de grupos falantes de uma variedade linguística desprestigiada. É, pois, o seu papel:

[...] trazer para dentro da escola os outros, os excluídos, e aprender que é possível assumir múltiplos lugares, entender que o mundo não é um único mundo e descobrir que o novo pode nascer daquilo que foi perdido. A tarefa mais importante para a escola e para uma perspectiva mais democrática de educação é, certamente lutar contra a fragmentação e a dispersão, reatando, pela retomada da linguagem expressiva, os elos da coletividade. (SILVA, 2008, p. 87).

O professor deve assumir a perspectiva de que ao chegar na escola os alunos já são falantes competentes da língua materna, e então, a partir da bagagem traga por eles, buscar ampliar o seu repertório comunicativo e linguístico, de modo que sejam capazes de utilizar a língua e seus diferentes desdobramentos nos contextos comunicativos adequados, tal como aponta Travaglia (2009, p. 63):

[...] queremos que os alunos saídos de classes desprestigiadas aprendam a norma culta para dela se utilizarem, por exemplo, quando fora do ambiente familiar: é desejável porque isso lhes dará maiores possibilidades de mobilidade social. Contudo, é igualmente desejável que eles mantenham a modalidade que aprenderam antes de vir para a escola para utilizá-la quando inseridos nos contextos sociais nos quais esta modalidade é mais conveniente. Nossa proposta é que a variedade da escola seja não só a norma culta, mas também o trabalho com as variedades adequadas a situações em que a norma culta não será a mais conveniente. Podemos listar argumentos

para que a escola trabalhe prioritariamente ou só com a norma culta, mas é preciso lembrar que isso é apenas uma opção e sempre deixar isso claro para os alunos. O problema, a nosso ver, é apresentar a chamada variedade culta ou padrão como a única possível (“correta”) no uso da língua. Para nós é inadmissível a atitude de querer que o aluno apague a variedade de seu grupo de origem e/ou a substitua por outra.

Assim, ensinar a língua não se limita ao ensino de uma única forma de sua realização: deve-se, ademais, apresentar ao aluno a língua em suas diferentes faces, para que este tome consciência dos fenômenos gramaticais e das mudanças que são inerentes a toda e qualquer língua viva. Para Possenti (2001, p. 86):

Ensinar gramática é ensinar a língua em toda sua variedade de usos, ensinar regras é ensinar o domínio do uso de escrever, diferentes daqueles que eles já trazem de sua vivência familiar e comunitária. A escola tem como função ampliar o repertório linguístico dos estudantes, principalmente pela inserção deles no mundo da cultura letrada. Ensinar a ler e escrever é a tarefa número um da educação linguística.

É importante observar que enquanto há usos da língua que são próprios da cultura de oralidade, também há aqueles especializados, que constituem as práticas sociais de letramento. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2004) destaca que a escola é o *locus* – ou espaço – onde, de maneira sistêmica, os estudantes devem buscar desenvolver os recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas.

Bagno (2007) conclui que a falta do tratamento da variação linguística nos livros didáticos é um desafio real que se impõe aos professores de língua materna. De acordo com o autor, isso se deve à pouca divulgação e obras dos conceitos básicos da sociolinguística. Geralmente, encontram-se bons trabalhos acadêmicos, o que comprova que a disciplina tem assumido um espaço crescente dentro da universidade; contudo, tais trabalhos não tentam oferecer a um público menos familiarizado uma versão ao mesmo tempo acessível e abrangente dos aspectos centrais da sociolinguística.

Muitas vezes ainda, livros que abordam a variação linguística o fazem de maneira problemática. Bagno (2007, p. 120) aponta para uma “tendência a tratar a variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas.”. Dessa forma, segundo o autor, aparece implícita a ideia de que os falantes urbanos fazem um uso mais “correto” da língua, mais próximo da norma padrão. Entretanto, nos falares urbanos e escolarizados também ocorrem variações.

Ao apresentar concepções equivocadas sobre o fenômeno da variação, a escola reforça estereótipos e preconceitos que devem ser abolidos, uma vez que se vislumbra uma educação linguística intercultural, partindo dos pressupostos teóricos da sociolinguística. Por fim, Faraco (2008, p. 180) defende que:

Nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

Considerações Finais

Buscou-se apresentar, com este artigo, algumas das contribuições centrais da Sociolinguística Educacional para o ensino de língua materna, uma vez que esta fornece subsídios teóricos imprescindíveis para uma prática de ensino de língua materna pautada em uma perspectiva democrática, posto que possibilita abrir o espaço da sala de aula para a reflexão não apenas de um modelo de língua considerado culto, mas também para os diferentes outros falares que, de igual modo, possuem o seu valor.

Visto que muitos professores ainda consideram ser o seu papel ensinar apenas a gramática normativa, torna-se bastante pertinente refletir sobre o espaço da oralidade na sala de aula, buscando minimizar, ademais, o estigma em relação às variantes de menor prestígio, que acabam por culminar em preconceitos linguístico e social. Sobre isso, Silva e Moura (2000) observam que:

Apesar da dificuldade de eliminar os preconceitos, nossa época caracteriza-se por um esforço para vencê-los. Assim, começa a existir a consciência de que a diversidade étnica, cultural, de gênero ou de orientação sexual não constitui uma aberração mas é, antes, parte integrante da vida do homem em sociedade e, como tal, deve ser respeitada. Há, portanto, um preconceito que parece ser mais resistente que os outros, o linguístico.

Sem dúvidas, a educação tem o poder de provocar grandes transformações na sociedade. Assim, se queremos nos livrar das amarras do preconceito a nível linguístico – e que, como visto, se esbarra no social –, é necessário romper com o pensamento conservador e arcaico de uma língua que não pode ter fôlego senão atada às regras

convencionadas por grupos de poder. A quebra desse paradigma deve ter início na sala de aula e por isso é importante o engajamento dos cursos de formação de professores com o conhecimento sociolinguístico, uma vez que este ajuda a minimizar a difusão de falsas concepções acerca do funcionamento da língua e auxilia no caminho rumo a uma educação realmente inclusiva.

É necessário que o aluno tenha consciência da natureza heterogênea da língua, que reconheça que o português no Brasil é multifacetado e que isso é resultado das diversas culturas e povos que aqui existem. É preciso mudar a visão negativa geralmente atrelada àquilo que destoa do convencional ou “padrão”; entender que, tal como defende Fiorin (2002), ser fluente em uma língua não é sinônimo de conhecer todas as regras de uma variedade artificial ensinada pela escola: é, pois, saber utilizar as distintas variedades em contextos adequados ao seu uso. Em outras palavras, dominar uma língua é ser “poliglota” em sua própria língua.

Não obstante, o estudo da gramática normativa também é, claro, de grande valia, uma vez que amplia o repertório comunicativo do aluno, inserindo-o nas práticas sociais da cultura letrada. Nesse sentido, é necessário haver uma harmonia entre o estudo das variações e da norma pedagógica. “A aquisição pelo adolescente de uma amplitude de estilos, coerentes em si mesmos, adequados a todo e qualquer contexto extralinguístico é um dos fatores de mobilidade social ascendente” (CAMACHO, 1988, p.41). Portanto, para que alcancemos a desejada mobilidade social ascendente é necessária a variedade de estilos e não a supremacia de um deles. Em última instância, o que deve predominar é o respeito e a tolerância com a diversidade, dentre as quais os diferentes falares se inserem.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CAMACHO, R. G. Motivações formais e funcionais da marcação de pluralidade no português falado na região de São José do Rio Preto. In: *Relatório Científico FAPESP*. São José do Rio Preto, 2008.

_____. A variação linguística. In: Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus. São Paulo: SE/CENP. 1988.

ELIA, Silvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FIORIN, José Luiz. Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceito linguístico. In: *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2002.

MURANO, Edgard. *As marmotas do dialeto fuleragem*. Revista Língua, v. 7, n 98, p. 22-23, 2013.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Estudos sociolinguísticos: políticas de vitalização cultural e linguística. In: *Reflexões sociolinguísticas sobre as línguas ameaçadas*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2009. p. 57-75.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura no Brasil, 2001.

SÁ, Edmilson José de. Diletos dialetos. *Discutindo Língua Portuguesa*, v.1, n.1, p. 12-17, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SEFIDVASH, Farhang. *O Papel da Universidade na Transformação da Sociedade*. II Congresso de Educação para Integração da América Latina: Integração e Cidadania (II CEPIAL), Maringá, Paraná. 28 de jul. a 02 ago. 1994

SEGURA, Luciano Ricardo. Antes das variantes. *Discutindo Língua Portuguesa*, v.1, n.1, p. 06-11, 2008.

SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo Moura. *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

SILVA, René Marc da Costa. *Cultura popular e educação: salto para o futuro*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2002.